

## CONTRIBUIÇÕES DA PROVA BRASIL PARA AS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

Autora: Evanda Helena Bezerra Sobral;  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – evandahelena2011@gmail.com*  
Co-autora: Daianna Kelly Valentim Santos;  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – daiannakvss@hotmail.com*  
Co-autora: Fernanda Barbosa da Silva;  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – fernanda.barbosa48@gmail.com*  
Co-autora: Edjane Oliveira Santos Batista;  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – edjaneoliveiras12@gmail.com*  
Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup>. Francisca Pereira Salvino  
*Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – fransalvino@gmail.com*

### Resumo

Tomando como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, este artigo tem como objetivo analisar a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especificamente da Prova Brasil, para as escolas e como tem se utilizado dos seus resultados. A Prova Brasil ou Avaliação Nacional da Educação Básica (ANRESC) é um dos exames que compõem do SAEB, que vem, desde 2005, sendo aplicado nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a partir de 2017 também será aplicado no 3º ano do Ensino Médio. Consiste numa avaliação realizada em larga escala com o propósito de diagnosticar a situação da educação no Brasil e orientar as políticas, mediante os resultados obtidos. Defendemos que a avaliação é necessária e que, quando seus resultados são utilizados adequadamente, de forma consciente, conseguem trazer grandes benefícios para às comunidades escolares. Todavia, para isso, existem algumas condições imprescindíveis (infraestrutura, recursos materiais e humanos qualificados e outras). Uma delas é a valorização dos profissionais em termos de formação/qualificação (inicial e continuada), carreira e remuneração, que são atrativos para ingresso e permanência de bons profissionais. Fora desta política, resta apenas impor/exigir ação dos profissionais, transferindo a estes toda a responsabilização pela educação do país, eximindo os entes federados (União, Estados e municípios) dessa responsabilização, o que seria um equívoco e um autoritarismo. Por outro lado, os estafes das escolas devem ter consciência dos meios disponíveis que possibilitam uma ação mais articulada, objetiva, responsável e compromissada com a população, para que juntos possamos tentar garantir uma educação de qualidade e com equidade.

**Palavras-chave:** Prova Brasil, resultados, escola.

### Introdução

O Ministério da Educação (MEC) com o intuito de visualizar as fragilidades existentes no Ensino Básico brasileiro criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em 2007. É através do PDE que o governo espera atuar de forma mais eficaz na educação, garantindo não apenas o

direito à educação como previsto na Constituição Federal de 1988, mas também o direito à aprendizagem de qualidade, o que pressupõe garantia ao acesso, à permanência e desempenho apropriado a cada faixa etária de todas as crianças brasileiras ou estrangeiras naturalizadas. A qualidade atualmente ganhou um novo significado, mediante ao fato de que o acesso e a permanência na etapa do Ensino Fundamental é considerada universalizada.

Para avaliar sistematicamente essa qualidade, em 1990, o governo brasileiro criou o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), composto por três provas: Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA); Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), também chamado de Prova Brasil; Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB). Com mais de uma década de atuação, a Prova Brasil, criada em 2005, segue sua trajetória, porém com algumas dificuldades quanto à análise, compreensão e utilização dos seus resultados.

Numa reflexão sobre essa importante política, objetivamos analisar a importância do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), especificamente da Prova Brasil, para as escolas e como têm se utilizado dos seus resultados. A Prova Brasil ou ANRESC é um dos exames que compõem o SAEB, que vem, desde 2005, sendo aplicado nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e recentemente, será aplicada também no 3º ano do Ensino Médio em escolas públicas de zonas urbanas e rurais.

O artigo encontra-se organizado em três seções. Na primeira trataremos sobre a metodologia; na segunda abordamos a Prova Brasil enquanto um importante exame que compõe o SAEB; e no terceiro abordamos possíveis contribuições de referido exame para as comunidades escolares.

## **Metodologia**

O artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica, na qual recorreremos a estudiosos tais como Gandin (2014), Zabala(1998), Veiga (1998), bem como a documentos oficiais que regulamentam a avaliação nacional, tais como o Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (1996) Lei nº 9.394; Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE (2009), Plano Nacional de Educação-PNE (2014) e outros.

Escolhemos a pesquisa bibliográfica por ser um relevante método para a pesquisa acadêmica. Porque ela permite que sejam feitas reflexões acerca de diversas descobertas realizadas por outros estudiosos. Pois seria uma grande ignorância da nossa parte a não valorização desse tipo

de trabalho. Quando nos debruçamos sobre outras pesquisas, estamos não apenas valorizando o pensamento daqueles estudiosos, mas também aproveitando um novo ponto de partida para novas descobertas. Com esse espírito curioso e desbravador que olharemos para a Prova Brasil.

Diferente de todas, a Prova Brasil pretende abrir espaço para que as escolas percebam como está todo o processo de ensino/aprendizagem em seu interior. Em seus resultados ela detalha quais os descritores trabalhados em cada questão e quantos acertos e erros ocorreram em cada turma.

## **A Prova Brasil**

A primeira aplicação da Prova Brasil ocorreu no ano de 2005. Desde então, vinha sendo realizada a cada dois anos em turmas do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental. No início de 2017 foi definida também como avaliação para o ensino médio, com provas realizadas no 3º ano do Ensino Médio, porém ainda sem definição de data para sua primeira aplicação nessas turmas. Anteriormente as turmas deveriam ter no mínimo vinte alunos matriculados. Porém, ainda em 2017 esse número foi reduzido para dez. Composto o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) possibilita que os problemas presentes na educação sejam expostos, favorecendo a criação de políticas públicas educacionais visando à construção de uma escola de qualidade. Isto porque, a Prova Brasil permite que se conheça a realidade de cada escola e de cada município de forma detalhada, o que ajuda bastante na hora de planejar medidas que solucionem as deficiências encontradas em relação à aprendizagem.

A Prova Brasil é um exame censitário, ou seja, todos os alunos devem fazer essa prova que é realizada a cada dois anos e funciona como um termômetro da educação brasileira. Para orientar sua realização o MEC publica desde 2011 as Matrizes de Referências que são competências e habilidades que devem ser atingidas pelos alunos que fazem a avaliação. Essas Matrizes de Referências são enviadas para as secretarias de educação dos Estados e municípios no ano de aplicação da prova para que as equipes das secretarias e escolas tomem ciência do que será cobrado nessa edição.

No ano de 2007 foi lançado pelo Ministério da Educação (MEC) o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), composto as ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo Luiz Inácio Lula da Silva. A partir do PDE, a Prova Brasil passou a unir dados do fluxo escolar (aprovação) e dados coletados da Prova Brasil para produzir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O PDE, por sua vez, garante às escolas com

menores índices um apoio financeiro maior para que possam minimizar ou solucionar alguns problemas de cunho pedagógico, como por exemplo, aquisição de materiais e formações para professores e demais funcionários, também possibilitando mudanças estruturais nas escolas. Todas essas ações são realizadas através dos: PDE- Escola, PDE- Escola de Campo, PDE- Estrutura, PDE- Educação Integral e PDE- Acessibilidade.

Os resultados da Prova Brasil são obtidos após a coleta de dados e são informados através de um boletim de desempenho enviado pelo MEC para gestores e secretarias de educação. Uma forma de analisar o desempenho dos alunos é comparando as médias atingidas com as médias alcançadas na edição anterior, e ainda, médias das escolas com mesmas características além dos resultados atingidos nos municípios e nos estados.

Destarte, é importante ressaltar que:

Adicionalmente, é necessário verificar se a média da escola não foi obtida de maneira pouco equitativa. Ou seja, se alguns poucos alunos tiveram notas muito altas e muitos alunos, notas muito baixas. A escola pública brasileira deve cuidar de não deixar alunos para trás, nem aumentar as diferenças induzidas por outras estruturas da nossa sociedade. (BRASIL, 2008. Pág.09)

Se tomarmos como exemplo duas escolas que em suas turmas de quinto ano possuam a mesma quantidade de alunos e ambas apresentem 300 pontos na escala de 0 a 500 de algumas habilidades exigidas ao término do ensino fundamental I, no entanto na primeira escola apenas 10 alunos acertaram este quesito enquanto na segunda escola 18 alunos acertaram o mesmo quesito. Percebemos que não são resultados iguais. Apesar de ter mesma nota na escala, o número de alunos da segunda escola mostra maior equidade em relação à aprendizagem dos alunos e com certeza ela tem algo a melhorar, mas a primeira escola precisa resgatar o restante dessa turma para que eles não sejam abandonados e ignorados durante o processo de ensino/aprendizagem.

A escola deve ter um olhar diferenciado para resultados deste tipo, pois não devemos nos sentir satisfeitos com bons resultados quando a maior parte dos nossos alunos ficarem aquém do esperado. Logo, podemos perceber que não existe uma compensação quando os resultados são pouco equitativos. Apesar de sabermos que quanto maior o número de acertos, maior a média obtida. Não estamos cumprindo nossa obrigação, além de fugirmos da responsabilidade que é garantir o direito de aprendizagem para todos de forma indistinta. Pois, além de nossa responsabilidade moral, como professores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/1996, Lei 9.394, quanto às incumbências das instituições de ensino, estabelece no seu Art.12º, inciso v que a escola deve “prover meios para a recuperação de alunos com menor rendimento”.

Quando a sociedade se empenha e enfrenta com seriedade os problemas da educação, as ações de responsabilização se tornam naturais em cada instituição. Portanto, é importante compreendermos que tudo deve ser articulado para a melhoria do ensino e, conseqüentemente, da aprendizagem.

### **Possíveis contribuições da Prova Brasil para a escola pública**

Os resultados da Prova Brasil podem parecer confusos e mentirosos para quem não consegue enxergar o seu potencial. Muitas vezes, professores e gestores dizem que a Prova Brasil não avalia nada, que é mentirosa e só se preocupa com os resultados quantitativos. Todavia, é preciso saber como a escola se prepara para o exame e recebe esses resultados. Temos que concordar que esses resultados não são milagrosos e que sozinhos não resolverão coisa alguma. Mais necessário, ainda, é compreender que são os professores que dão vida a tudo que é ensinado na escola. Por isso, faz-se necessário que os resultados da Prova Brasil sejam trabalhados em prol de uma melhoria da prática educativa de docentes e que os resultados do exame reflitam essa melhoria, verdadeiramente.

Sendo assim, é necessário saber como as escolas e os docentes aproveitam estes resultados no processo de ensino e aprendizagem, se estes resultados realmente influenciam na prática educativa ou se apenas são visualizados e ignorados como se não houvesse nenhuma necessidade de replanejamento dos rumos da educação.

Muitos profissionais da educação têm arraigado em sua prática educativa o costume de enxergar a avaliação como uma forma simples e rápida de testar o conhecimento dos alunos e, assim, calcular, através de notas, o desempenho deles. Como analisa Zabala

Nossa tradição avaliadora tem se centrado, exclusivamente nos resultados obtidos pelos alunos. Assim, é conveniente dar-se conta de que ao falar de avaliação na aula pode se aludir particularmente a algum dos componentes do processo de ensino/aprendizagem, como também a todo processo em sua globalidade. (ZABALA, 1998, Pág.196).

Para Antoni Zabala, além de entender que a avaliação diz respeito aos estudantes, às equipes de profissionais e aos processos, deve-se ter atitude de observação. Pois, é exatamente esta atitude que permitirá analisar e reorganizar para que sejam tomadas decisões mais conscientes e adequadas.

Compreender a avaliação de forma diferente é essencial para a realização de um bom trabalho. Sua complexidade vai além da resposta certa ou errada. No caso da Prova Brasil, cada questão vem repleta de outras questões e possibilidades de verificação da aprendizagem. Nessa

situação, a Prova Brasil não pode ser visualizada como uma forma de fazer máquinas de bons resultados com o intuito de aumentar o IDEB da escola. Ela vai além, buscando trazer à tona uma realidade que pode e deve ser transformada, mas que nem sempre é encarada de frente pela escola e pelos poderes públicos. Lembrando que os resultados podem expressar as necessidades e os avanços daquela escola, de modo que seus descritores e seus resultados podem ser utilizados pelas escolas para realizar um novo planejamento e estabelecer novas metas e ações para o aprimoramento do ensino e não apenas a melhoria das notas. Como assevera ZABALA (1998, p. 209) “[...] o objetivo fundamental da avaliação é *conhecer para ajudar*” (grifo do autor).

A escola possui várias possibilidades para trabalhar pautada nas habilidades necessárias que devem ser alcançadas durante a educação básica. Uma vez compreendidos os objetivos da Prova Brasil, cabe a ela se articular de forma a obter melhores resultados, tanto no projeto pedagógico, quanto nos exames.

Sobre o processo de capacitação das equipes para esse fim, Gandin (2014, p. 102) explica: “Num processo de planejamento em que a participação é fundamental, não é exagero insistir várias vezes na necessidade de que as pessoas tenham condições – e capacitação – para participar. De fato, as pessoas só fazem aquilo para o qual estão capacitadas”.

Se a intenção do Estado é que se modifiquem os resultados, há de se montar um plano que possa abranger não só as séries em que as provas são aplicadas, mas que englobe toda a Educação Básica, desde as séries iniciais, para que, desde cedo, a escola possa trabalhar as carências dos alunos de acordo com os resultados das Provas Brasil já aplicadas. Para isso, é necessário realizar uma programação, num trabalho conjunto com a escola, que precisa estar ciente do que vem a ser uma essa programação. Segundo Gandin (2014, p.39), “a programação é a proposta de ação para aproximar a realidade existente à realidade desejada”.

Para uma programação bem distribuída entre as séries iniciais, é fundamental ter um plano de ação para executar (na prática) toda a programação e efetivar, paulatinamente, a nova abordagem dos conteúdos em relação ao processo de ensino e aprendizagem. Gandin (2014, p. 61) ressalta:

De fato, planos são escritos para tornar mais eficiente e mais eficaz nossa ação e, sobretudo, para dar consistência a um processo de planejamento, alcançando, como resultado adicional (não de menor importância), ser processo educativo.

Fazer plano (s) sem um processo de planejamento é tecer uma rede em que só há os nós e nada que os ligue entre si. Ter um processo de planejamento sem plano (s) é correr risco de que a rede se desmanche por falta de pontos de ligação dos fios.

Com esta afirmação Gandin assevera que, tanto o processo de planejamento como os planos são de essencial importância para o sucesso do projeto da escola e dos resultados deste no exame nacional. Sempre tendo a consciência de que planejamento e plano não são a mesma coisa, mas que eles estão interligados e interdependentes, embora nem sempre operem desta forma. Portanto, se houver falha na elaboração de um deles, tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto o de mudança nos resultados, posteriormente, poderão apresentar falhas. Da mesma forma, se planejamento e plano forem devidamente elaborados e articulados, mas não forem garantidas as condições adequadas para sua realização (infraestrutura, recursos materiais e humanos qualificados, ação articulada com diversos setores da sociedade, etc.), a possibilidade de resultados medíocres são enormes.

Para que isso possa ser evitado é de fundamental valor que, dentre outras ações, se preparem os profissionais da instituição como um todo, ou seja, gestores, professores, equipe técnica e de apoio (limpeza, vigilância, etc.) para trabalharem em proveito das modificações da realidade existente. A respeito disto, Gandin (2014, p. 105), conclui: “No planejamento, é fundamental a ideia de transformação da realidade. Isto quer dizer que uma instituição (grupo) se transforma a si mesma tendo em vista influir na transformação da realidade global. [...]”.

Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico (PPP) ou Projeto Pedagógico da Escola (PPE) é o primeiro passo para que a escola alcance seus objetivos. É no PPP/PPE que estará escrito/registrado como a escola deve trabalhar; quais são seus anseios; que cidadão pretende formar; quais suas dificuldades; o que quer; como e em quanto tempo pretende alcançar. É também através do PPP/PPE, que é um documento vivo, que a escola pode desenvolver ações pedagógicas, tendo como diagnóstico os resultados da Prova Brasil. Veiga (1998, p. 15) lembra acertadamente que, “construir um projeto pedagógico significa enfrentar o desafio da mudança e da transformação, tanto na forma como a escola organiza seu processo de trabalho pedagógico como na gestão que é exercida pelos interessados, o que implica o repensar da estrutura de poder da escola”.

Um dos maiores desafios encontrados na construção do PPP é a fase em que é necessário repensar as estruturas de poder no interior das escolas, pois quando democratizadas as decisões, ampliam-se as chances de sucesso no momento em que as responsabilidades são compartilhadas entre toda a equipe envolvida no trabalho pedagógico. Ao compartilhar as responsabilidades a escola e seus atores permitem que muitos outros de entusiasmem e ajudem na tarefa que não é nada fácil: avaliar x ensinar, avaliar x planejar.

É verdade que apenas definir ações no PPP/PPE sem colocá-las em prática não muda a situação pedagógica da escola. É necessário parar e planejar. Para isso, a escola precisa se comprometer realmente com a educação; pesquisar; estudarmos em conjunto; conhecer os descritores trabalhados na Prova Brasil. Precisa parar, refletir e definir respostas para seguintes indagações: Quais medidas serão tomadas? Que tipo de avaliação fará parte do currículo da escola? Como as aulas deverão acontecer? Que atividades extras serão utilizadas para incrementar o conteúdo a ser trabalhado? Em que intervalo de tempo acontecerão paradas para visualizar resultados e acrescentar novas mudanças? Com que podemos contar? As “respostas” devem ser adicionadas ao PPP/PPE para que se constituam em decisões oficiais e as escolas possam ter uma orientação e metas para seguir. É importante traçar um objetivo, pois para uma escola que não tem objetivo qualquer coisa serve e esta não deve ser em hipótese nenhuma a situação de uma escola.

O Estado entende que a escola não deve estar sozinha nessa luta. Na LDB/1996, no Art.9º é atribuída à União a responsabilidade da elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE), que deve contar com a participação dos Estados, Municípios e Distrito Federal, além da participação popular e de todos que fazem a educação. O PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, é uma base a ser seguida para a construção do Plano Estadual de Educação (PEE) e do Plano Municipal de Educação (PME). Nele, existem metas e estratégias para o melhoramento da educação brasileira.

Na LDB/1996 o Art.26º, afirma que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O PNE/2014 reitera em seu Art.7º que, “A União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios atuarão em regime de colaboração, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias, objeto deste plano”. Esta colaboração contribui para que sejam minimizadas as discrepâncias existentes nos resultados. Pois, a partir do momento que existe um currículo que deve ser comum a todos os brasileiros, tendo respeitadas as peculiaridades de cada região, pode diminuir drasticamente as desigualdades, no que tange às questões de ensino e aprendizagem. E a Prova Brasil pretende justamente isso: verificar se o conteúdo básico comum tem sido garantido a todas as crianças.

## **Considerações finais**



A Prova Brasil é importante para a educação brasileira, pois de forma detalhada e individualizada auxilia as escolas a visualizar sua situação com relação ao desempenho dos estudantes e às condições destas e das escolas (questionário e relatório sociocultural). Pode auxiliar também para que os envolvidos (autoridades, MEC, secretarias, professores, estudantes, familiares/responsáveis, etc.) assumam a responsabilidade de garantir o direito de aprendizagem para todos os alunos que por ela passam.

É importante que, ao tomar conhecimentos dos resultados da Prova Brasil, as escolas saibam o que devem fazer com ele e saber utilizá-los a favor dela e dos seus estudantes é imprescindível para a garantia de um bom trabalho da equipe escolar. Compreender e reconhecer sua importância no processo de ensino e aprendizagem contribui para ampliar as possibilidades de sucesso. Para tanto, existem algumas condições imprescindíveis. Uma delas é a valorização dos profissionais em termos de formação, capacitação, qualificação (inicial e continuada), carreira e remuneração, que são atrativos para ingresso e permanência de bons profissionais. Fora desta política, resta apenas impor/exigir ação dos profissionais, transferindo a estes toda a responsabilização pela educação do país, eximindo os entes federados (União, Estados e municípios) dessa responsabilização, o que não é justo, uma vez que estes entes controlam os recursos públicos.

Por outro lado, os estafes das escolas devem ter consciência dos meios disponíveis para que o trabalho aconteça de forma articulada, objetiva, responsável e compromissada com a população, que é quem para os custos e sofre as consequências do sucesso/fracasso escolar.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília: MEC, 2007

GANDIN, Danilo. **Planejamento**: como prática educativa. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.

VEIGA, I.P.A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I.P.A.; RESENDE, L.M.G.de. (orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

ZABALA, Antoni. A avaliação. In: \_\_\_\_\_. **A Prática Educativa**. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Revisão de Nalú Farenzena – Porto Alegre: ARTMED, 1998, p. 195 – 221. .